BOLETIM DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO

SESSÕES ORDINÁRIA E VIRTUAL DE ABRIL/2025

Ministro ROGERIO SCHIETTI MACHADO CRUZ - PRESIDENTE
Juiz Federal NEIAN MILHOMEM CRUZ
Juíza Federal LILIAN OLIVEIRA DA COSTA TOURINHO
Juiz Federal GIOVANI BIGOLIN
Juiz Federal PAULO ROBERTO PARCA DE PINHO
Juiz Federal NAGIBE DE MELO JORGE NETO
Juiz Federal JOÃO CARLOS CABRELON DE OLIVEIRA
Juiz Federal FABIO DE SOUZA SILVA
Juiz Federal LEONARDO CASTANHO MENDES
Juíza Federal MONIQUE MARCHIOLI LEITE
Juiz Federal IVANIR CESAR IRENO JUNIOR
Juiz Federal RODRIGO RIGAMONTE FONSECA
Juíza Federal FLAVIA HEINE PEIXOTO

REPRESENTANTE DO MPF: BRASILINO PEREIRA DOS SANTOS

QUESTÃO DE ORDEM APROVADA

PEDILEF 5001771-67.2022.4.03.9301/SP

Questão de Ordem nº 54: “É incabível o Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal contra acórdão prolatado em recurso de medida cautelar que aprecia tutela provisória, por se tratar de pronunciamento de natureza precária”.

REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA - JULGAMENTOS

PEDILEF 0523447-97.2020.4.05.8013/AL

Tema nº 343: Julgado.

Questão jurídica controvertida: “Saber qual o termo inicial para fixação da data de início do benefício quando o perito judicial reconhece o estado incapacitante alegado pela parte desde o requerimento administrativo/cessação do benefício na via administrativa/propositura da ação, mas não sabe precisar, efetivamente, a data de início da incapacidade”.

Tese fixada: “A fixação da data de início da incapacidade (DII) na data da perícia constitui medida excepcional, que demanda fundamentação capaz de afastar a presunção lógica de que a incapacidade teve início em momento anterior ao exame pericial”.

PEDILEF 5000045-33.2021.4.04.7210/SC

Tema nº 359: Julgado.

Questão jurídica controvertida: “Saber se no caso de não validação dos recolhimentos efetuados na condição de segurado facultativo de baixa renda (art. 21, §2º, II, 'b', da Lei 8.212/91) a posterior complementação das contribuições recolhidas a menor é apta para fins de manutenção da qualidade de segurado/cômputo de carência e concessão do benefício de incapacidade”.

Tese fixada: “No caso de não validação dos recolhimentos do segurado facultativo de baixa renda (art. 21, §2º, II, 'b', da Lei nº 8.212/91), a complementação posterior das contribuições recolhidas a menor viabiliza a manutenção da qualidade de segurado e o cômputo da carência para fins de concessão do benefício por incapacidade, permitindo a fixação da data de início do benefício (DIB) em momento anterior ao pagamento do complemento, com efeitos financeiros desde a DIB”.

PEDILEF 0000436-65.2021.4.05.8400/RN

Tema nº 313: Tese cancelada, em razão do Tema nº 1.347 do STF.

Questão jurídica controvertida: “Saber se a suspensão da prova de concurso para cargo público da Polícia Civil do Estado do Paraná, por força da pandemia da Covid 19, é suficiente para a caracterização do dano moral do candidato”.

Redação da tese cancelada: “A suspensão da prova de concurso público para provimento de cargos da Polícia Civil do Estado do Paraná, em meio à pandemia da Covid-19, pode levar à responsabilidade da Universidade Federal do Paraná - UFPR, organizadora do certame, à compensação de dano moral, se comprovada a grave exposição do candidato à contaminação, pela frequência a locais públicos, como aeroportos e rodoviárias, com grande quantidade de pessoas e ampla circulação do vírus”.

Redação da tese firmada pelo STF: “O adiamento de exame de concurso público por motivo de biossegurança relacionado à pandemia do COVID-19 não impõe ao Estado o dever de indenizar”.

PEDILEF 0004015-92.2021.4.03.6325/SP

Tema nº 366: Julgamento não concluído.

Questão jurídica controvertida: “Definir o prazo para requerer o pagamento de indenização decorrente da existência de vícios construtivos em imóvel adquirido no Programa Minha Casa, Minha Vida”.

Resultado do julgamento: Após o voto do Juiz Federal Relator, no sentido de se fixar a tese de que “É de 10 (dez) anos o prazo prescricional para o ajuizamento de ação de indenização decorrente de vícios construtivos em imóvel adquirido no Programa Minha Casa, Minha Vida, iniciando-se a contagem a partir do conhecimento do dano”, o julgamento foi interrompido por pedido de vista.

TEMAS AFETADOS COMO REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA

PEDILEF 0044230-77.2023.4.05.8300/PE

Tema nº 379: Afetado.

Questão jurídica controvertida: “Definir se o preenchimento dos requisitos legais do Programa Bolsa-Família assegura direito subjetivo ao benefício, mesmo nos casos em que o interessado integra família unipessoal e o Município já ultrapassou o limite percentual de 16% estabelecido pela Portaria MDS nº 911/2023”.

PEDILEF 5006787-76.2023.4.02.5006/ES

Tema nº 380: Afetado.

Questão jurídica controvertida: “Saber se os cargos de Guarda de Endemias e de Agente de Saúde Pública, são regidos pela Lei nº 11.350/2006 ou pela Lei nº 11.355/2006, para fins de recebimento do piso salarial de 02 (dois) salários mínimos, previsto no § 7º do art. 198 da Constituição Federal, na redação da Emenda Constitucional n. 120/2022”.

TESES FIXADAS EM JULGAMENTOS DE PEDIDOS DE UNIFORMIZAÇÃO

PEDILEF 5004847-30.2022.4.03.6317/SP

Questão jurídica controvertida: Definição do prazo prescricional para ação de indenização em face do INSS, decorrente de descontos indevidos em benefício previdenciário a título de contribuição associativa.

Tese fixada: “Nas ações ajuizadas contra o Instituto Nacional do Seguro Social em que se busca a reparação por danos materiais e morais decorrentes de descontos de contribuições associativas em benefício previdenciário sem

autorização do segurado, aplica-se o prazo prescricional quinquenal previsto no Decreto nº 20.910/1932”.

PEDILEF 5004593-54.2020.4.02.5121/RJ

Questão jurídica controvertida: Presença de situação excepcional que determine a imposição ao poder público do fornecimento de medicamentos registrados na ANVISA para uso off-label.

Tese fixada: “Os Temas 1234 do STF e 106 do STJ são aplicáveis, como regra geral, aos casos de uso de medicamentos não incorporados (off label), observados os critérios dos julgados e a modulação de seus efeitos. Excetuam-se, contudo, os casos em que, pela prova incontroversa dos autos, o medicamento seja o único passível de tratar a enfermidade da parte, seja pela inexistência de quaisquer outros previstos no SUS para a doença, seja por ser a parte refratária (ou ter o uso contra-indicado) aos demais medicamentos previstos no SUS, a fim de assegurar-se o mínimo indispensável à proteção dos direitos constitucionais à vida e à dignidade humana”.

PEDILEF 1011689-95.2020.4.01.3803/MG

Questão jurídica controvertida: Definição da condição de segurado da Previdência Social do participante de Programa de Residência Multiprofissional na área de saúde, não médico, criado pela Lei 11.129/2005.

Tese fixada: "O residente não médico participante do programa criado pela Lei 11.129/2005 é segurado facultativo da Previdência Social, dele não podendo ser retidas contribuições previdenciárias".

PEDILEF 5007914-71.2021.4.04.7202/SC

Questão jurídica controvertida: Compatibilidade entre a tese firmada pela TNU no julgamento do Tema nº 174 e a tese contida no Tema nº 1.083 do STJ.

Tese fixada: "A tese firmada pela Turma Nacional de Uniformização (TNU) no julgamento do Tema nº 174 e o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Tema nº 1.083 são compatíveis, aplicando-se esse último nos casos em que o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) ou o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) indicam, para o mesmo período, níveis diversos de ruído, reservando-se o Tema nº 174 da TNU para as demais hipóteses".

PEDILEF 1000405-03.2019.4.01.4005/PI

Questão jurídica controvertida: Possibilidade de recebimento de atrasados em face do primeiro requerimento administrativo do benefício.

Tese fixada: "A formulação de um segundo requerimento, deferido na via administrativa pelo INSS, não induz renúncia ou desistência tácitas quanto ao recebimento de atrasados eventualmente devidos entre o primeiro e o segundo requerimento administrativos".

PEDILEF 0001365-66.2020.4.03.6306/SP

Questão jurídica controvertida: Reconhecimento de especialidade de atividade com exposição ao agente nocivo vibração.

Tese fixada: "O reconhecimento da especialidade do trabalho por exposição do segurado ao agente agressivo vibração/trepidação ocorre, (a) até 05/03/1997, véspera da entrada em vigor do Decreto nº 2.172/1997, (a.1) por avaliação qualitativa nos códigos 1.1.5 do Quadro Anexo ao Decreto nº 53.831/1964, e 1.1.4 do Anexo I do Decreto nº 83.080/1979, quando verificado o exercício de atividade envolvendo a operação de perfuratrizes e martelletes pneumáticos, ou, (a.2) por avaliação quantitativa no código 1.1.5 do Quadro Anexo ao Decreto nº 53.831/1964, quando a atividade envolver o uso de equipamento que apresente velocidade acima de 120 golpes por minuto; (b) a partir de 06/03/1997, por avaliação qualitativa nos códigos 2.0.0 e 2.0.2 do Anexo IV dos Decreto nº 2.172/1997 3.048/1999, quando verificado o exercício de atividade envolvendo a operação de perfuratrizes e martelletes pneumáticos; e (c) a partir de 14/08/2014, data da publicação da Portaria MTE nº 1.297/2014, por avaliação quantitativa para qualquer tipo de atividade, desde que ultrapassados os limites de tolerância definidos no Anexo 8 da NR-15 do MTE, observadas as metodologias e os procedimentos adotados pelas NHO-09 e NHO-10 da FUNDACENTRO (vibração de mãos e braços: aren superior a 5 m/s²; e vibração de corpo inteiro: aren superior a 1,1 m/s² ou VDVR superior a 21,0 m/s²)".

OUTROS CASOS DE INTERESSE

PEDILEF 5000952-07.2021.4.03.6314/SP

Questão jurídica controvertida: Possibilidade de reconhecimento da atividade de motorista como especial com base apenas na anotação da função em CTPS e no ramo de atividade da empresa.

Resultado do julgamento: Reafirmação do entendimento consolidado da TNU de que “não se admite o enquadramento da atividade de motorista como especial com base apenas na anotação de CTPS e no ramo de atividade da empresa, sem especificação do tipo de veículo”.

PEDILEF 5000987-42.2022.4.03.6310/SP

Questão jurídica controvertida: Dispensa de carência para benefício por incapacidade em face de acidente vascular cerebral.

Resultado do julgamento: Reafirmação do entendimento de que “A dispensa de carência nos termos do art. 26, II c/c art. 151 da Lei nº 8.213/91, nos casos de acidente vascular cerebral, é possível quando há paralisia irreversível e incapacitante, incluindo hemiparesia/hemiplegia com incapacidade total e definitiva”.

PEDILEF 5002215-17.2022.4.02.5102/RJ

Questão jurídica controvertida: Definir se a isenção de Imposto de Renda da Pessoa Física por moléstia grave, no caso de cardiopatia grave, depende da contemporaneidade dos sintomas.

Resultado do julgamento: Reafirmação do entendimento de que “A isenção do imposto de renda prevista no art. 6º, XIV, da Lei nº 7.713/1988 prescinde de demonstração da contemporaneidade dos sintomas da moléstia”.

PEDILEF 0509083-80.2021.4.05.8500/SE

Questão jurídica controvertida: Manutenção da exigência de recolhimento tempestivo de contribuições para cômputo como carência, após a EC nº 103/2019.

Resultado do julgamento: Afirmação do entendimento de que “o art. 27, II, da Lei nº 8.213/91 permanece aplicável mesmo após a EC nº 103/2019”, razão pela qual “as contribuições em atraso de segurado facultativo, após a perda da qualidade de segurado e sem reaquisição por contribuição tempestiva, não podem ser computadas para fins de carência”.

PEDILEF 5014434-07.2022.4.04.7107/RS

Questão jurídica controvertida: Necessidade de indicação do Nível de Exposição Normalizado (NEN) quando consta do formulário previdenciário a utilização da metodologia de aferição de ruído da NR-15.

Resultado do julgamento: Reafirmação do entendimento de que “para fins de reconhecimento da especialidade por exposição ao agente nocivo ruído, a aferição pode ser realizada por meio das metodologias contidas na NHO-01 da FUNDACENTRO ou na NR-15, sem necessidade de indicação expressa do Nível de Exposição Normalizado (NEN)”, bem como que “a menção à NR-15 ou à NHO-01 no Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) gera presunção relativa de observância das metodologias adequadas, cabendo à parte contrária o ônus de impugnar fundamentadamente a regularidade da medição”.

PEDILEF 5007898-98.2022.4.04.7003/PR

Questão jurídica controvertida: Possibilidade de reapreciação dos requisitos de admissibilidade do pedido de uniformização pelo Juiz Federal Relator.

Resultado do julgamento: Reafirmação do entendimento de que “a decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que admite o incidente não impede o juízo de admissibilidade pelo juiz relator sorteado”, ante os “poderes similares conferidos pelo Regimento Interno nesse tocante”.

* * *

AVISO: Este Boletim é produzido pela Secretaria das Turmas Recursais de São Paulo com a finalidade de divulgar a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização e não substitui a consulta à publicação oficial.